

PODER, POLÍTICA E ESTADO NO BRASIL

Por mais de 300 anos, enquanto na Europa constituíam-se Estados absolutistas e depois liberais, o Brasil permaneceu como colônia de Portugal — portanto, submetido ao Estado português. Com a independência, em 1822, instituiu-se no Brasil um Estado monárquico do tipo liberal, mas com uma contradição imensa, que perduraria por mais 66 anos: a escravidão.

Após a proclamação da República, em 1889, o Estado brasileiro assumiu diferentes feições ao longo do tempo, caracterizando-se como oligárquico, ditatorial ou liberal, sempre à sombra do poder dos militares, cujas intervenções e golpes foram frequentes.

Só a partir da Constituição de 1988 o país passou a conviver com a perspectiva de um Estado democrático duradouro, mas também com uma política econômica neoliberal, sem ter efetivamente passado por um Estado de bem-estar social.

1. O ESTADO ATÉ O FIM DO SÉCULO XIX

Podemos dizer que o Brasil conheceu várias formas de organização do Estado, de acordo com os caminhos que a história política do país traçou.

Entre 1500 e 1822

Todas as decisões políticas relacionadas à colônia de Portugal na América eram tomadas pelo soberano português, que mantinha um Estado absolutista; os moradores da colônia só cumpriam as decisões.



Foi assim que aconteceu com praticamente todas as iniciativas políticas daquela época, desde a implantação das capitanias hereditárias — que, conforme o próprio nome diz, passavam de pai para filho — até a instituição do Governo Geral. Ou seja, toda a estrutura de poder na colônia estava ligada diretamente ao rei de Portugal. Isso ficou mais claro quando, em 1808, Dom João VI foi obrigado por

Napoleão a vir para o Brasil, transplantando para cá a forma de Estado vigente em Portugal.

Esse período durou pouco, pois logo veio a independência.

Entre 1822 e 1889

Da independência à República, havia no país um Estado imperial constitucional com os poderes Executivo (Conselho de Estado), Legislativo (Assembleia Geral, composta do Senado e da Câmara dos Deputados) e Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça). No entanto, havia algo diferente no Brasil de Dom Pedro I: o poder Moderador, exercido pelo imperador.



O poder Moderador ficava acima dos outros três, pois o imperador nomeava os integrantes do Conselho de Estado (o Executivo) e do Senado, escolhia os membros do Supremo Tribunal, podia dissolver a Câmara dos Deputados e utilizar as Forças Armadas quando achasse conveniente para manter a segurança do Império. Dom Pedro tinha o poder absoluto com uma maquiagem liberal, já que havia uma constituição no país. Parecia que existia um parlamentarismo, mas, de fato, quem exercia o poder era o imperador.



Depois da abdicação de Dom Pedro I, com as Regências e o governo de Dom Pedro II, a estrutura política do Brasil manteve-se igual. Talvez o Brasil tenha sido o único país do mundo em que uma constituição liberal coexistiu com a escravidão. Isso é uma grande contradição, pois a constituição liberal dispõe que todos os indivíduos são iguais perante a lei, e a escravidão é a negação disso. A permanência dessa contradição se explica pelo fato de a escravidão ser um dos elementos estruturais do Império. Ela foi abolida, em 1888, e a monarquia caiu em seguida.

2. O ESTADO REPUBLICANO

O Estado que nasceu com a implantação da República no Brasil, resultante de mais uma tentativa da classe dominante para manter seu poder, caracterizou-se como liberal conservador. Desde sua implantação, os militares tiveram sempre uma presença marcante na estruturação política nacional e estiveram no posto máximo de comando — a Presidência da República — ou nos bastidores, influenciando nas principais decisões políticas.

Tivemos, nesse longo período de República, diferentes momentos de poder: o do poder oligárquico (um governo de grupos), exercido pelos grandes proprietários de terras, as ditaduras explícitas, os momentos de governos democráticos liberais com restrições, etc. Enfim, vivemos situações em que a democracia esteve sempre por um fio.

República Velha: o Estado oligárquico (de 1889 a 1930)

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos já havia um desenvolvimento industrial significativo e um Estado liberal democrático estruturado, o Brasil era um país essencialmente agrário, com um Estado oligárquico que excluía a participação popular.

A República no Brasil surgiu de um movimento da cúpula militar, sem a participação da população. Segundo o jornalista republicano Aristide Lobo, em sua coluna “Cartas do Rio”, escrita no dia da proclamação e publicada no *Diário Popular* do dia 18 de novembro de 1889, “o povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”, ao movimento que derrubou a monarquia.

Após um período de governo provisório, entre 1889 e 1891, houve a promulgação de uma constituição, em 1891, que criava a República Federativa do Brasil. Isso significava que o Brasil era um conjunto de províncias (os atuais estados), as quais tinham autonomia e uma constituição própria que definia o Judiciário, as Forças Armadas, os códigos eleitorais e a capacidade de criar impostos. Mas o poder da União ficava resguardado, pois ela podia intervir nas

províncias para assegurar a ordem, a estabilidade e o pacto federativo.

O poder nesse período caracterizava-se por duas práticas: a **política dos governadores** e o **coronelismo**.

À exceção do período 1889-1894, quando os militares estiveram no comando da República, a chamada **política dos governadores** procurava evitar disputas entre o governo central e os estaduais, garantindo assim a manutenção e o predomínio da máquina administrativa federal. Essa política expressava um acordo entre o governo federal e as mais fortes oligarquias regionais, através da destinação de verbas da União para obras públicas estaduais; em troca recebia o apoio dos deputados e senadores para aprovação dos projetos de interesse do Executivo. Foi marcante a chamada política do café com leite, que expressou a presença dominante dos estados de São Paulo e Minas Gerais no executivo federal.

O **coronelismo** era uma forma de poder econômico, social e político encarnado pelo proprietário rural, que controlava os meios de produção, e os moradores da zona rural e das pequenas cidades do interior. A prática político-social dos coronéis mantinha uma articulação local-regional e regional-federal, como nos tempos do Império.



O período Vargas (de 1930 a 1945)

Dois golpes de Estado delimitam esse período: um para colocar Getúlio Vargas no poder e outro para derrubá-lo. A atuação parlamentar praticamente não existiu no período Vargas e, quando houve, sempre esteve atrelada ao governo central. O Brasil teve duas constituições: a de 1934 (que tinha um fundamento liberal e durou muito pouco) e a de 1937 (que foi imposta por Getúlio Vargas, com inspiração fascista e autoritária).

Com a ascensão de **Getúlio Vargas** ao poder estabeleceu-se o que a Sociologia chamou de **populismo**: uma relação de poder em que o governo buscava o apoio dos trabalhadores e também da burguesia industrial (setor que de fato representava). Com isso, Getúlio criou uma divergência com o setor

agrário dominante, já que seu objetivo era implantar uma nova ordem industrial.

Para alguns autores brasileiros, como Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, o traço marcante do populismo de Vargas foi a liderança carismática. Para outros estudiosos, como Francisco Weffort, tratava-se de um fenômeno de massas e de classes, com certo traço manipulador. Já de acordo com Octávio Ianni, foi um fenômeno ideologicamente baseado no nacionalismo, com uma política que envolvia todas as classes sociais, portanto, um movimento policlassista.

Em termos econômicos, havia um compromisso entre o governo e as elites urbanas de industrializar o país, utilizando para isso a modernização da estrutura estatal e também a incorporação, de modo controlado e subordinado, das emergentes massas urbanas. O Estado aparecia como o principal agente investidor na infraestrutura necessária a esse processo.

Sem perder de vista seu caráter autoritário e a repressão que desencadeou no Estado Novo, Getúlio Vargas deixou um legado de leis trabalhistas e a concepção de um país com um projeto nacional que continuou nos anos seguintes.

A República com a marca Vargas: o Estado liberal (de 1945 a 1964)

Terminada a Segunda Guerra Mundial, iniciava-se no Brasil um período de 19 anos de democracia liberal, delimitado por golpes militares. O primeiro deles foi o que derrubou Getúlio Vargas, em 1945, e o último, o que depôs João Goulart, seu seguidor político, em 1964.

O Estado estruturou-se com uma nova constituição em 1946, considerada politicamente liberal, mas que permitia a intervenção na economia, principalmente na infraestrutura necessária ao processo de industrialização. No esforço de industrialização, o governo investiu em empresas siderúrgicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce, e nacionalizou a produção e o refino de petróleo com a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). O objetivo era diminuir as importações que, na época, ainda abrangiam os bens de consumo duráveis, como as geladeiras, os fogões e os eletrodomésticos de todos os tipos.

Com Juscelino Kubitschek, finalmente se implantou a indústria nacional de bens duráveis, graças à estruturação da tríplice aliança — a conjugação entre o Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro —, que possibilitou um grande desenvolvimento econômico e industrial no Brasil. O exemplo mais claro dessa aliança foi a implantação da indústria automobilística nacional, com a vinda das grandes montadoras de veículos, como a Volkswagen, a Ford e a General Motors. Essas empresas instalaram-se no

Brasil com o apoio do governo federal, que desenvolvera uma indústria siderúrgica, ampliava a produção de petróleo e construía estradas, enquanto o capital nacional participava com as indústrias subsidiárias, produzindo peças, equipamentos e acessórios para os automóveis e caminhões.

O final dessa fase chegou com o golpe militar de 1964, que derrubou João Goulart. O golpe estava sendo tramado havia muito tempo, desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961; só demorou para ser posto em prática por causa das divergências entre os militares mais graduados e também entre os líderes civis. Um novo período ditatorial se iniciava no Brasil.

A República dos generais (de 1964 a 1985)

Por que houve o golpe militar em 1964? Segundo os militares, o objetivo era acabar com a anarquia e a insegurança que levariam o país ao comunismo; os militares argumentavam também que era a única maneira de deter a inflação, que estava absurdamente alta, e de avançar no processo de industrialização já em curso.



Politicamente, podemos dizer que essa fase divide-se em três momentos: de 1964 a 1968, de 1969 a 1973 e de 1974 a 1984.

No **primeiro momento**, os militares editaram o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que suspendeu os direitos políticos de centenas de pessoas. Foram extintos os partidos políticos e criado o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida. Todas as eleições diretas para cargos executivos foram suspensas.

Nesses primeiros anos do golpe, ocorreram muitos atos públicos, principalmente de estudantes e trabalhadores, contra o regime militar. Os movimentos foram permitidos inicialmente, mas depois passaram a ser reprimidos com violência.

A edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1969, marcou o endurecimento do regime. Com isso, ficou bem clara a instauração da ditadura, que praticamente anulou a Constituição.

O **segundo momento** correspondeu aos chamados “anos de chumbo”, pois nessa fase houve intensa repressão aos movimentos organizados e às manifestações públicas e censura prévia à imprensa. O endurecimento aumentou a oposição ao regime, com a organização de movimentos guerrilheiros na cidade e no campo. Os militares reagiram com violência, colocando em prática as torturas, assassinatos e desaparecimentos de ativistas de esquerda e de pessoas que eles diziam conspirar contra a segurança nacional.

Também nesse segundo momento o país iniciou um processo que foi designado de “milagre econômico”, pois houve um crescimento expressivo da produção nacional.

Os últimos dez anos do regime militar (1974-1984) foram críticos para sua manutenção, pois em termos econômicos iniciava-se uma crise internacional decorrente do aumento explosivo dos preços do petróleo, e isso tinha reflexos diretos internamente. E, politicamente, a oposição ao regime iniciava sua ascensão, tanto no plano eleitoral quanto no dos movimentos populares, com a emergência de manifestações reivindicatórias, principalmente nas grandes cidades, por melhores condições de vida e de trabalho. As greves operárias ressurgiram e o movimento dos trabalhadores, com nova configuração, reestruturou-se gradativamente.

Diante dessa situação, no governo do general Ernesto Geisel (1974 a 1979) foram dados os primeiros passos para a “abertura” do país. Inicialmente, Geisel precisou conter os vários setores das Forças Armadas que queriam a continuidade do regime militar; depois, iniciou uma longa trajetória para promover uma transição lenta e gradual para a democracia representativa, sob a vigilância dos militares, tentando conter as manifestações políticas das ruas.

Nessa última fase da ditadura aconteceram alguns fatos importantes que merecem ser lembrados. Em 1978 foi extinto o AI-5, o ato institucional dos militares que tolhera radicalmente a liberdade no país.

Em 1979 foi aprovada a lei da anistia, e centenas de exilados voltaram ao Brasil. Também nesse ano foi restabelecido o pluripartidarismo, o que abriu a vida política para outros partidos. O Partido Democrático Social (PDS) substituiu a Arena, e o MDB transformou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nasceram o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em 1982, o Partido dos Trabalhadores (PT) teve seu registro aceito. No último governo militar, o do general João Baptista Figueiredo, agravou-se a crise econômica e intensificaram-se os movimentos grevistas e as manifestações de protesto.

Em 1984, uma campanha por eleições diretas para presidente da República, conhecida como *Diretas Já*, agitou o país, e uma emenda à constituição foi votada com esse objetivo, mas não conseguiu ser aprovada no Congresso. Os militares decidiram que o governo deveria ter um civil na liderança, mas eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, e isso ocorreu.

Como vimos até aqui, o Estado brasileiro teve poucos momentos de efetiva democracia representativa, mesmo com a existência de uma constituição que se propunha definir os direitos dos cidadãos. Na prática, essa constituição estava sempre a serviço daqueles que ocupavam o poder e de quem os sustentava.

O retorno à democracia (de 1985 a nossos dias)

Após a abertura, o Brasil viveu a fase do Estado liberal democrático, que procurou definir as bases democráticas de convivência política. Essa fase se iniciou com a eleição indireta, pelo Colégio Eleitoral, do primeiro presidente civil que deveria substituir os militares no governo.

O candidato eleito, Tancredo Neves, procurou demonstrar que formaria um governo novo, mas na verdade ele era um político de confiança dos militares, ou seja, era a garantia de que não haveria revanchismo contra eles. No entanto, Tancredo morreu antes de tomar posse; quem assumiu foi o seu vice, José Sarney. Ex-presidente e depois dissidente do PDS (partido governista), Sarney criou a Frente Liberal (mais tarde PFL), partido pelo qual se tornou vice-presidente na chapa de Tancredo Neves.

Durante o mandato de Sarney, em 1988, foi promulgada a nova Constituição brasileira, chamada de *Constituição cidadã*, fato considerado fundamental para o desenvolvimento de uma democracia estável no Brasil.



Os governantes seguintes, eleitos pelo voto popular, puderam atuar sem a vigilância das Forças Armadas. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário desenvolveram suas atividades plenamente.

Numa situação de alta inflação, concentração de renda e desigualdade social, a preocupação fundamental do Estado nesse período foi a redução e o controle da inflação. Para isso, muitos planos econômicos foram

criados, como o Plano Cruzado, o Plano Collor, o Plano Bresser e o Plano Real, mas somente o último, criado no governo Itamar Franco pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, alcançou os objetivos propostos.

Sem ter havido no Brasil um Estado do bem-estar social, o Estado neoliberal que se implantou a partir do governo Collor-Itamar formou-se a partir das seguintes políticas implantadas.

- Na tentativa de integrar a economia do país à globalização, o Estado neoliberal promoveu a privatização de empresas estatais (nos setores de siderurgia, energia e comunicações) e abriu o mercado nacional a produtos estrangeiros, derrubando barreiras às economias mais poderosas do mundo.

- No sistema financeiro, foi permitida a livre atuação dos bancos e o movimento de capitais no mercado interno; renunciou-se ao controle da moeda nacional e da política cambial, atrelando a moeda nacional ao dólar, para facilitar as transações no mercado financeiro.

- Foram tirados dos trabalhadores direitos que tinham resultado de muitas lutas. Alteraram-se os contratos de trabalho, o limite de horas na jornada de trabalho, as férias remuneradas, além do sistema de aposentadorias. Também foram criadas aposentadorias privadas, que muito beneficiaram o setor financeiro.

- Incentivou-se a criação de escolas particulares e, com isso, houve uma proliferação de faculdades e universidades particulares no Brasil. Essa expansão só foi possível porque foi financiada pelo Estado em detrimento das universidades públicas.

- Ampliou-se a presença das empresas que administram planos de saúde, ficando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para os mais pobres.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que sucedeu ao de Fernando Henrique Cardoso, foi necessário manter e ampliar políticas de compensação à concentração de renda e às desigualdades sociais, que continuavam muito grandes. Assim, criaram-se políticas sociais visando amenizar a situação precária da maior parte da população brasileira. Essas políticas compensatórias, como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo acima da inflação, entre outras, lentamente estão provocando uma diminuição, ainda que pequena, da desigualdade social no Brasil.

3. DEMOCRACIA NO BRASIL

Analisar a questão da democracia no Brasil significa examinar não somente as instituições políticas e as regras existentes, mas também a maneira de se viver a democracia. Pode-se dizer que ela é ainda uma possibilidade, pois as forças de manutenção de práticas antigas são muito grandes. Vejamos alguns aspectos dessa questão no Brasil.

3.1 Democracia e representação política

Como vimos, a democracia pode ser entendida de várias maneiras. Vamos destacar duas delas para examinar como a democracia desenvolveu-se no Brasil.

As regras institucionais

No Brasil, a ampliação da participação política é um processo recente. Os detentores do poder, a serviço de uma minoria, por muito tempo mantiveram a maioria da população fora do processo eleitoral.

Só para termos uma ideia, da proclamação da República, em 1889, até 1945, o número de eleitores foi de somente 5% da população aproximadamente, com pequenas variações. Em 1960, esse índice havia subido para 18%. Em 1980, 47% da população podia participar das eleições e, em 2006, perto de 70% da população tinha o direito de voto. Isso não significa que esse total de votantes participou efetivamente das eleições. Sempre houve um percentual significativo (de 15% a 20%) de ausências. Ou seja, cem anos se passaram para que a população pudesse participar majoritariamente das eleições no Brasil.

Houve evolução também na consciência do eleitor, em relação ao tempo em que se comprava o voto dos mais pobres. Essa prática diminuiu gradativamente, à medida que se intensificou o processo de urbanização e diminuiu a pressão dos “coronéis” e seus comandados sobre a população rural, que ainda era maioria em 1960.

Contribuiu para essa evolução o desenvolvimento das regras eleitorais e das técnicas de votar, principalmente o voto secreto com cédulas únicas impressas pelo governo central e a introdução de urnas eletrônicas.



Colaboraram ainda a fixação de regras mais claras e a fiscalização da Justiça Eleitoral. No entanto, essas mudanças não foram suficientes para acabar com as práticas clientelísticas ainda presentes no cotidiano político dos brasileiros.

Sobre a capacidade de governar, o que podemos observar é que, recentemente, depois da Constituição de 1988, o poder político civil deixou de ser vigiado pelos militares, que, desde o início da República,

estiveram à frente dos governos ou ficaram nos bastidores influenciando diretamente na condução da política nacional.

A luta por direitos civis, políticos e sociais

Após a proclamação da República surgiram vários movimentos que procuravam criar espaços de participação política.

Os movimentos de trabalhadores sempre estiveram à frente desse processo, principalmente na luta por melhores salários e condições de trabalho. Outras lutas foram desenvolvidas, mas sempre eram reprimidas, pois a questão dos direitos, por muito tempo, foi vista como um caso de polícia ou uma concessão por parte dos poderosos ou do Estado. Somente nos últimos anos os movimentos sociais tiveram espaços institucionais, quer por meio de leis, quer mediante organizações que lutam pela garantia dos direitos.

A maior participação institucional nas decisões políticas foi uma conquista da população, que se mobilizou organizadamente em diversas instituições, e não uma concessão dos poderosos.

Pode-se dizer que no Brasil existem muitas leis que geram direitos, mas estes com frequência não são garantidos. Assim, os grupos que reclamam, lutam e exigem que seus direitos sejam observados são vistos por muitos governantes e por setores conservadores da população como baderneiros e insensíveis aos esforços do governo em fazer o melhor.

A democracia no Brasil é algo muito recente e ainda está se consolidando. Ela continuará crescendo se as regras institucionais para as eleições e o exercício do poder forem ampliadas, para possibilitar a participação da população, e se os movimentos sociais tiverem mais liberdade para lutar pela manutenção dos direitos fundamentais e a criação de novos direitos.

Somente quando a maioria da população tiver educação de qualidade, condições de se alimentar adequadamente e condições decentes de vida social, poderemos ter democracia no Brasil. Enquanto isso, temos uma democracia “capenga”.

3.2 Os partidos políticos no Brasil

Os partidos políticos no Brasil foram, em sua maioria, representantes dos setores dominantes da economia na sociedade. Até 1930, os partidos eram apenas agregados de oligarquias locais e regionais que se organizavam para tirar vantagens do Estado. Havia apenas uma exceção: o Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922, que se propunha ser a voz dos trabalhadores.

Pode-se dizer que só depois da ditadura de Vargas formaram-se partidos nacionais. Os principais eram a União Democrática Nacional (UDN), que

representava a burguesia industrial e as classes médias urbanas, o Partido Social Democrático (PSD), que representava os setores rurais e semirurais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que representava o sindicalismo e o movimento trabalhista. O PCB permanecia ativo, mas, cassado em 1947, passou a atuar clandestinamente.

Em 1966, entretanto, com a nova ditadura militar, todos os partidos foram cassados e, em seu lugar, foi imposta uma estrutura bipartidária, como vimos — com a Arena, que apoiava e defendia o regime militar, e o MDB, de oposição, ainda que controlada pelos militares.

Com as mudanças econômicas e políticas — principalmente a emergência dos movimentos sociais e a luta pela redemocratização — e o fim do período autoritário, desenvolveu-se uma nova estrutura partidária no Brasil.

Diversos partidos se organizaram, além dos já mencionados (PMDB, PT, PDT e PTB), como o Partido da Frente Liberal (PFL) — hoje Democratas — e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), registrados, respectivamente, em 1986 e 1988.

O sociólogo brasileiro Rudá Ricci, analisando os atuais partidos políticos, afirma que eles se transformaram em imensas máquinas empresariais em busca do voto, com uma estruturação burocrática na qual aparecem os administradores partidários, os técnicos de *marketing*, os institutos de pesquisa e os elaboradores de programas de governo que, muitas vezes, são contratados para fazer o partido ganhar eleições.

Em artigo publicado na revista *Política Democrática* em março de 2007, Ricci diz que “grande parte dos brasileiros que assistiram aos depoimentos de dirigentes partidários envolvidos diretamente nos inúmeros casos de corrupção que assolaram a política nacional nunca havia sequer visto de relance as figuras de administradores que, de fato, movimentam fortunas, articulam negociações e acordos, definem e conduzem empresas de *marketing* político, comandam o cotidiano partidário”.

Assim, os partidos perderam a capacidade de politizar a sociedade, ou seja, não alimentam debates políticos que possibilitem à população identificar as diferenças nos projetos para a sociedade brasileira. O PT talvez tenha sido o último a tentar, mas, ao assumir o governo, também abandonou esse caminho.

No plano interno, quando observamos a tomada de decisões para a escolha dos candidatos de um partido, o que constatamos é a falta de democracia e a pouca vontade para promover a alternância entre as diversas facções.

Os partidos políticos caracterizam-se cada vez menos como representantes de determinados setores e interesses, apresentando-se sem uma definição muito clara. As diferenças entre um e outro são praticamente

dissolvidas, pois há uma fragmentação de interesses internos que os limites dos partidos não comportam.



Assim, no cotidiano do Parlamento brasileiro, o que se vê são grupos que se reúnem em torno de corporações de interesses — os grupos (bancadas) ruralistas, evangélicos, sindicalistas ou grupos regionais, como os dos paulistas, mineiros, gaúchos, nordestinos. Ou seja, são grupos que geram verdadeiras oligarquias setoriais.

O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores — o Legislativo brasileiro em seus vários níveis — são as instituições políticas com o mais baixo índice de credibilidade nacional. As instituições da democracia representativa, portanto, ainda são vistas como espaços para conchavos, corrupção e negociatas, e poucos de seus membros têm credibilidade perante a população.



Além disso, a erosão progressiva dos poderes do Parlamento se estabelece quando sua função, na maioria das vezes, se limita a ratificar o que o Poder Executivo envia para ser analisado, por meio de projetos de lei ou, atualmente, de medidas provisórias.

A pauta de discussões fica na dependência da maior ou menor sensibilidade do governante em relação às questões que afetam a maioria da população brasileira.

4. ESTADO E SOCIEDADE NO BRASIL

Como vimos, o Estado é uma organização criada pela sociedade por diferentes percursos. A estrutura estatal criada após a independência se manteve até a proclamação da República, em 1889. Depois disso,

muitas transformações ocorreram, mas algumas características permaneceram, tornando a estrutura estatal do Brasil a expressão da articulação do novo com o velho.

O Estado no Brasil sempre se sobrepôs à sociedade, como se fosse algo fora dela. Nós aprendemos desde cedo que tudo depende do Estado e que nada podemos fazer sem a presença dele, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos problemas da sociedade e por suas soluções. Assim, se culpamos o Estado pelas dificuldades que enfrentamos, também dele esperamos socorro e proteção — o que vale tanto para os proprietários de terras, os empresários industriais e os banqueiros quanto para o restante da população.

Para esclarecer essas características das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, vamos examinar a relação entre o que é público e o que é privado.

Privatização do público

Podemos dizer que houve no Brasil uma apropriação privada do que é público, ou seja, quem chegava ao poder tomava conta do público como se fosse seu. Dessa forma, a instituição que deveria proteger a maioria da população — o Estado — adotou como princípio o favorecimento dos setores privados, que dominaram economicamente a sociedade.

O Estado beneficiava esses setores e também era beneficiado por eles, que lhe davam sustentação. Para o restante da sociedade, as políticas públicas foram sendo desenvolvidas na forma de “doação” ou de dominação, em nome da tranquilidade social. Isso não significa que a população tenha sido sempre passiva. Ao contrário, muitas ações do Estado resultaram da pressão dos movimentos sociais no país.

A política do favor, o clientelismo.

A relação entre público e privado no Brasil também pode ser caracterizada como uma política do favor. Ela se desenvolveu desde o período colonial e apresenta-se ainda hoje como um dos suportes das relações políticas nacionais entre os que têm o poder político e os que têm o poder econômico.

Essa troca de favores políticos por benefícios econômicos é também conhecida como **clientelismo**. Ela pode ser observada, por exemplo, na distribuição pelo poder público de concessões de emissoras de rádio e canais de televisão ou financiamentos para empresas, sempre em busca de apoio e sustentação de um partido, de uma organização ou de uma família no poder.

Isso não ocorre somente nos setores considerados atrasados da sociedade; é uma prática utilizada também pelos setores considerados modernos, que sempre encontraram no Estado um aliado nos momentos de crise. Quantas vezes ouvimos dizer que o

governo socorreu determinadas empresas e bancos que estavam em situação precária? Quantas vezes assistimos ao Estado oferecer financiamento com juros baixíssimos para grandes empresários que estavam quase falindo?

Instalou-se no Brasil um capitalismo sem riscos, pois o poder público sempre esteve pronto para salvar aqueles que se punham em perigo. São os setores envolvidos na troca de favores os primeiros a questionar o Estado quando este procura aplicar recursos em educação, saúde, habitação ou transporte para beneficiar a maioria da população.

A economia e muitos outros setores da sociedade se modernizaram, mas as práticas políticas no Brasil, com raríssimas exceções, continuam a reproduzir as velhas relações políticas, com poucas modificações.

A política do favor aparece também no cotidiano, na relação dos indivíduos com o poder público. Ela acontece na busca de ajuda para resolver problemas, emergências de trabalho, saúde, etc. Expressa-se ainda na distribuição de verbas assistenciais e nas promessas de construção de escolas, de postos de saúde e de doação de ambulâncias, feitas às pessoas ou às instituições por vereadores, deputados e senadores. Tudo para render votos futuros.

Nepotismo e corrupção

Muita coisa mudou na administração pública desde as reformas administrativas de Getúlio Vargas e de outros governos, que instituíram gradativamente concursos públicos para a maioria dos postos de trabalho e procuraram implantar uma administração com certo grau de profissionalização, no sentido definido por Max Weber, com a impessoalidade da função pública. Mesmo assim, sabemos que ainda há casos de manipulação nos concursos públicos e a prática do nepotismo, ou seja, o emprego ou o favorecimento de parentes em cargos públicos, ainda que isso seja proibido por lei.

Quando ocorrem atos de corrupção na administração pública, a reação costuma ser marcada pelo moralismo, que se caracteriza por atribuir ao caráter pessoal do funcionário ou político envolvido a responsabilidade pela malversação dos recursos públicos.

Não se procura evidenciar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que estão na raiz das práticas de favorecimento e tráfico de influência. Assim, há uma simplificação desse fato, pois se acredita que bastaria fazer um governo com os homens e mulheres “de bem” para que tudo fosse resolvido.

A corrupção existe em todos os países do mundo, tanto nas estruturas estatais como nas empresas privadas. No Brasil, ela se mantém no sistema de poder

porque, como vimos, o favor e o clientelismo continuam presentes.



O combate à corrupção requer a criação de mecanismos que a coíbam, garantindo que os envolvidos sejam julgados e condenados por seus atos. E isso tem sido feito com a ajuda de funcionários públicos, promotores e juízes que não aceitam mais essas velhas práticas.

A despolitização e a economia como foco

Com a ampliação das transformações produtivas e financeiras no mundo, principalmente depois da década de 1980, a questão política no Brasil está cada vez mais dependente das questões financeiras.

Conforme o sociólogo Marco Aurélio Nogueira, a política brasileira, nos últimos anos, resume-se a uma tentativa de estabilização monetária, na qual o mercado está acima do Estado, o econômico acima do político, o especulativo acima do produtivo e o particular acima do geral.

Além das condições anteriormente mencionadas (clientelismo e favor), isso também gera uma despolitização crescente, pois a política estaria neutralizada e esvaziada como instrumento de mediação entre o individual e o coletivo, campo de discussão das ideias e de projetos políticos divergentes e em conflito.

Novamente aparece um paradoxo no Brasil: foi o país onde houve nos últimos anos o maior crescimento do eleitorado e, ao mesmo tempo, uma despolitização enorme.

5. O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO

A globalização apresenta para o Brasil desafios bastante difíceis. Com base na discussão dos itens anteriores, podemos destacar três tipos principais de desafios:

1. O Brasil, como os outros países democráticos, precisa lidar com a realidade de que seu governo tem menos controle sobre a economia do que já teve.

O país tem, ainda, as dificuldades adicionais características de países de desenvolvimento médio, analisadas pelo pesquisador norte-americano Geoffrey Garrett (1958-).

Os países mais pobres do mundo podem lucrar com a globalização oferecendo mão de obra barata, como fizeram China e Índia. Já os países mais ricos, como os Estados Unidos ou a Alemanha, podem aproveitar seu potencial de criação de tecnologia, sua população com grande qualificação educacional e suas instituições sólidas (um sistema legal ágil e transparente, baixa corrupção, leis que incentivam a atividade econômica, boas políticas sociais).

Ora, o Brasil tem salários mais altos do que os da China e capacitação tecnológica e educacional menor do que a da Alemanha. Sendo assim, como podemos nos adaptar à globalização?

Supondo que ninguém defenda que nos tornemos mais pobres ou que tenhamos menos direitos para poder competir com a China, fica claro que a globalização aumenta a pressão para que tenhamos as qualificações educacionais, tecnológicas e institucionais necessárias para competir com os países desenvolvidos. Embora nas últimas décadas o Brasil tenha feito alguns avanços importantes nesse sentido, ainda estamos longe de alcançar esses objetivos.



2. O Brasil luta para participar da governança global: um dos objetivos da política externa brasileira nos últimos anos tem sido tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Com países como Alemanha, Japão e Índia, o Brasil tem pleiteado que o conselho seja reformado.

Atualmente, o Brasil lidera as forças de paz da ONU que atuam desde 2004 no Haiti, país que passou por diversas crises políticas nas últimas décadas.

O Brasil também procura reforçar as instituições internacionais em nossa vizinhança, em especial com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que pretende integrar cada vez mais as economias dos países da América do Sul. Até 2012, seus membros permanentes eram o Brasil, a Argentina, o

Uruguai, o Paraguai e a Venezuela; diversos outros países do continente são membros associados.

O Brasil também assumiu uma posição importante na negociação dos tratados comerciais na Organização Mundial do Comércio, associando-se a outros países em desenvolvimento para pressionar os países desenvolvidos a reduzirem as medidas protecionistas. Vale dizer, entretanto, que essas negociações não produziram resultados importantes nos últimos anos.

3. É importante notar que devido aos imensos recursos naturais que possui, o Brasil é palco de lutas globais pela preservação do meio ambiente. Isso constantemente cria tensões entre os grupos defensores da preservação ambiental (que inclui as ONGs internacionais, mas também ONGs nacionais, grupos indígenas e outros setores da população brasileira) e interesses econômicos nacionais (latifundiários, garimpeiros, empresas mineradoras, etc.). A grande importância global da agricultura brasileira também põe o país em evidência, por exemplo, na discussão sobre a produção de alimentos transgênicos.

Parte significativa da luta política brasileira atual pode ser entendida como tentativas de enfrentar esses desafios.

Isso é mais óbvio no debate sobre economia, em que os diferentes partidos apresentam vários projetos visando tirar o Brasil da condição de fornecedor de mão de obra barata. Boa parte dos debates políticos brasileiros (nem sempre os que recebem maior destaque) se refere a medidas que podem ser tomadas para desenvolver a indústria, reduzir obstáculos ao crescimento econômico e, principalmente, fazer isso ao mesmo tempo que se enfrentam dois problemas históricos: a pobreza e a desigualdade.

A questão é difícil porque, como em todo problema político importante, nem sempre é possível atingir todos os objetivos ao mesmo tempo: às vezes é necessário sacrificar o crescimento em nome do combate à pobreza; às vezes é o contrário. Cabe à população, por meio do voto, decidir qual a melhor opção em cada momento.

Também cresce no cenário brasileiro a preocupação com o meio ambiente. Um dos debates mais importantes do país no momento é justamente sobre como aproveitar o potencial econômico brasileiro sem degradar o meio ambiente (o que, no longo prazo, significa deixar de ter esse potencial). Não há consenso sobre como fazer isso da melhor forma, e é provável que, novamente, seja necessário sacrificar diferentes objetivos em diferentes momentos: às vezes será necessário sacrificar o crescimento, às vezes será necessário sacrificar o meio ambiente, e, novamente, caberá aos eleitores saberem quando fazer o quê.

QUESTÕES

01. Observe a charge.



Folha de São Paulo, 1º ago. 2010, p. A14.

A charge remete à prática política recorrente no Brasil, a qual vem sendo combatida pelo Supremo Tribunal Federal.

A prática central assinalada na charge é definida como:

- Clientelismo, uma vez que remete ao voto de cabresto do candidato em relação ao eleitor.
- Fisiologismo, isto é, a mudança de partido realizada pelo candidato, a cada eleição.
- Populismo, resultante da presença, na cena pública, de líder carismático e conservador.
- Nepotismo, por tratar do uso da máquina pública para empregar parentes.
- Solidarismo, por reforçar a necessidade de todos se ajudarem em defesa da cidadania plena.

02. O trecho abaixo, de autoria de Victor Nunes Leal, encontra-se no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado em 1949.

“E assim nos parece este aspecto importantíssimo do ‘coronelismo’, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a licença do ‘coronel’ – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um

tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do ‘coronel’ ficaria sensivelmente diminuída”.

LEAL, V. N., *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, 5ª ed., p. 43.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a situação social e política do país, no período em questão, assinale a alternativa correta a respeito das eleições e do sistema representativo no Brasil:

- A troca de favores entre chefes locais e poder público é algo completamente superado pela democracia que se instaurou no Brasil nos últimos 20 anos.
- Independentemente da estrutura social e política, a prática da troca de favores entre chefes locais e poder público continua sendo o mecanismo primordial de relacionamento político no Brasil.
- A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público ocorria graças aos “votos de cabresto”.
- A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público só acontecia porque os cidadãos lutavam por seus direitos.
- A troca de favores entre os chefes políticos e o poder público foi a maneira encontrada por ambos para defender os interesses públicos e republicanos.

03. (UEL 2009) Algumas práticas políticas se mostram resistentes no cenário brasileiro. É o caso, por exemplo, do exercício do nepotismo, cuja proibição acaba de ser determinada pelo Supremo Tribunal Federal.

Sobre nepotismo, é correto afirmar.

- Trata-se de prática adotada por grupos parlamentares com a finalidade de organizar o desvio de verbas públicas, utilizando licitações irregulares.
- Caracteriza-se pela reeleição contínua de candidatos a mandatos políticos no Executivo e no Legislativo, impedindo a renovação dos representantes populares nessas instâncias.
- Refere-se ao uso contínuo da máquina pública para a realização de melhorias e benfeitorias em propriedades particulares de parlamentares.
- Como ocorre com o “coronelismo”, no meio rural, implica a formação de “currais eleitorais”, nos centros urbanos, com a finalidade de criar, pela força, um eleitorado fiel a candidatos populistas.
- Caracteriza-se pela utilização de mandatos e cargos públicos para favorecer a contratação de parentes nos aparelhos de Estado, sob a justificativa de serem cargos de confiança.

04. Leia o texto a seguir:

O VOTO DE CABRESTO NA ATUALIDADE

“O fenômeno da compra de votos é um assunto relevante na política contemporânea. A própria legislação eleitoral reconhece a existência do problema proibindo explicitamente a compra de votos. [...]

A compra de voto ainda é uma realidade nas eleições brasileiras. A observação empírica confirma que as eleições são caracterizadas por uma intensa negociação de bens materiais, favores administrativos e promessa de cargos. [...] Pode ser organizada por integrantes da própria máquina de campanha do candidato (distribuição de cestas e bens pelo candidato), por correligionários independentes que, com recursos próprios ou de terceiros, conseguem comprar votos para um candidato (por exemplo, médicos que dão atendimento gratuito) ou por cabos eleitorais, profissionalizaram a negociação dos votos. Estes últimos estão geralmente ligados à um representante político municipal, e atuam como uma espécie de intermediário permanente de serviços públicos e outros favores.”

SPECK, Bruno Wilhelm.

A partir do texto, podemos concluir que

- o fenômeno de compra de votos é prática vivenciada até a República das Oligarquias. Hoje, já não mais existe.
- a prática de comprar votos tem sido rigorosamente combatida pela justiça eleitoral. Muitos já perderam seus direitos políticos por comprar votos.
- a justiça eleitoral não faz referência ao fenômeno da compra de votos por ser um assunto irrelevante na política.
- a compra de votos – prática condenada por nossa legislação específica – somente será materializada com o pagamento em dinheiro.
- a compra de votos – ainda que tipificada como crime eleitoral – continua existindo por meio de várias ações.

05. Observe a charge a seguir:



(Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis. Ano 2, n. 21, abr. 2009, p. 3.)

Com base na charge e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar:

- As privatizações ocorridas nos anos 1990 e 2000 no Brasil tiveram por principal impacto o barateamento dos serviços básicos à população, além de terem livrado o Estado de empresas desnecessárias.
- A participação popular tem sido fundamental para definir o programa de privatizações do governo

brasileiro, pois o eleitor conhece quais os melhores setores que devem ser gerenciados pela iniciativa privada.

c) As principais dificuldades para a administração das empresas privatizadas tornarem-se rentáveis, nos diversos países, decorrem das ações de manifestantes antiglobalização, os quais constituem braços políticos de sindicatos e partidos políticos de esquerda.

d) Mesmo diante de vários protestos populares, o programa de privatizações, intensificado a partir de 1990 no Brasil e vários países do mundo, tornou patrimônio particular grande parte dos recursos naturais, materiais, culturais e de serviços sociais.

e) Por serem elementos fornecidos pela natureza e não se constituírem propriedade de ninguém, é indiferente se a água e demais recursos naturais forem cuidados pelo Estado ou pela iniciativa privada.

06. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 16 de maio de 2012 com o objetivo de trazer à tona os crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos 1946 e 1988, em especial durante a Ditadura Civil-Militar. Entre esses crimes se destaca a detenção ilegal ou arbitrária, a tortura, a execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e, por fim, o desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. al como aponta seu relatório publicado em dezembro de 2014, a CNV situou o Brasil entre as dezenas de países que

[...] criaram uma comissão da verdade para lidar com o legado de graves violações de direitos humanos. Com a significativa presença que detém no cenário internacional, o reconhecimento do Estado brasileiro de que o aperfeiçoamento da democracia não prescinde do tratamento do passado fortalece a percepção de que sobram no mundo cada vez menos espaços para a impunidade.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. disponível em http://www.CNV.gov.br/images/pdf/RelatoRio/Volume_1_digital.pdf. acesso em: 22 feV. 2015.

O que justifica a criação de uma comissão com a natureza da CNV é a necessidade de

- Reforçar o conteúdo da lei de anistia (nº 6683/1979), que traz o perdão aos crimes políticos e conexos, dispensando das obrigações legais os que resistiram e os que torturaram.
- Combater a impunidade e revelar os crimes contra a humanidade para que deles não se esqueça e para que nunca mais se repitam.
- Reestabelecer a harmonia social a partir do perdão bilateral entre os que combateram durante a Ditadura, sem atribuir culpa ou instigar o revanchismo.
- irar uma página da história brasileira, aproveitando as instituições que tiveram vigência no período da Ditadura,

pois contribuíram decisivamente para aperfeiçoar nossa democracia.

07. A passagem das décadas 1980-1990 marca o processo de redemocratização do Brasil. Considerando este período, são considerados marcos históricos:

- a) O movimento pelas eleições diretas e a eleição de Fernando Collor de Mello.
- b) A passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro e as greves do ABC paulista.
- c) O processo inflacionário do final da década de 1980 e a guerrilha do Araguaia.
- d) O processo inflacionário do final da década de 1980 e a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro.
- e) O processo de abertura política e a crise da televisão aberta no Brasil.

08. (UFU 2009) A década de 1980 foi considerada a década da “redemocratização” no Brasil. O processo de abertura política (“abertura lenta, gradual e segura”, como costumava dizer o general Figueiredo) teve início em 1979, com a volta de exilados políticos, e culminou em 1989, com a realização de eleições presidenciais livres e diretas.

Considerando a informação acima, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O processo de redemocratização do Brasil se fortalece a partir da década de 1980, com a realização de eleições presidenciais livres, embora indiretas, via Colégio Eleitoral em 1985.
- B) O ano de 1984 foi memorável no Brasil pela campanha das “Diretas Já”, que mobilizou a população em favor de eleições diretas para presidente da República.
- C) O processo de redemocratização do Brasil se fortalece a partir da década de 1980, com a realização de eleições presidenciais livres e diretas, via Colégio Eleitoral em 1985.
- D) A Assembleia Nacional Constituinte, instaurada em 1987, teve como importante característica a participação popular, com a apresentação de “emendas populares” para a realização da nova Constituição.

09. (UFU 2011) A Democracia como regime de governo nunca teve tanto alcance como valor global como nos dias atuais, o que se pode perceber pelas pressões internacionais para a implantação e manutenção de regimes democráticos nos diferentes países do mundo. A defesa das instituições políticas, do Estado, da liberdade de expressão, da liberdade política, da tolerância religiosa e principalmente os direitos dos cidadãos ao voto são questões centrais para a democracia.

Sobre a democracia no Brasil, é correto afirmar que:

- A) a democracia brasileira é recente, sendo relevante para essa análise considerar a experiência democrática

de 1930 a 1964 como o principal momento de fortalecimento das instituições políticas no país.

B) estamos vivendo o maior período de experiência democrática brasileira desde o processo de redemocratização na década de 1980. As eleições e o sufrágio universal são duas características importantes desse processo.

C) a democracia no Brasil foi instaurada e mantida desde a Proclamação da República.

D) Getúlio Vargas, João Figueiredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva foram alguns dos presidentes eleitos via democracia representativa no Brasil.

10. (UFU 2014) Ao anunciar o lançamento do filme *Cidadão Boilesen*, o sítio do jornal *Estado de São Paulo*, descreve a vida do personagem que dá nome à película da seguinte forma: Dinamarquês naturalizado brasileiro, ele virou empresário no País. Anticomunista ferrenho ligou-se a grupos militares e paramilitares. Outros empresários e banqueiros - nomeados no filme - também fizeram isso, mas Boilesen se destacava por uma particularidade fartamente debatida no filme. Sádico, ele tinha um prazer especial em seguir as sessões de tortura, chegando a fornecer carros da empresa Ultragaz, do grupo Ulbra, que presidia, para operações de repressão. Em 1971, foi vítima de uma emboscada e morto por guerrilheiros.

Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,estrela-cidadao-boilesendocumentario-premiado-em-festivais,472737,0.htm>>.

Acesso em: 19 mar. 2014.

Com base na exposição do perfil do personagem e em conhecimentos acerca do período compreendido entre os anos de 1964 e 1984, assinale a alternativa correta.

- A) É um erro reduzir a Ditadura a um regime militar, uma vez que a participação da sociedade civil foi essencial na operação e sustentação do governo autoritário.
- B) A associação entre empresários e a Ditadura ocorreu em alguns poucos setores, não alcançando empresas de comunicação, jornais e redes de televisão, justificando, assim, a ação crítica das mídias durante o período.
- C) A prática da tortura, reconhecida pela ONU como crime contra a humanidade, foi recebida com silêncio pela Igreja Católica que, desde antes do Golpe, marchava (a família) com Deus pela liberdade.
- D) Muito embora Boilesen fosse dinamarquês, não se pode afirmar que o regime ditatorial no Brasil contou com apoio ou articulação internacional, pois o governo brasileiro não se identificava com outros regimes autoritários, como os da América Latina.

11. (UEM 2008) Sobre as mudanças sofridas pelo Estado brasileiro, os padrões que marcaram sua relação com a sociedade civil e as interpretações produzidas sobre essa temática, assinale o que for **correto**.

01) A passagem do Império para a República implicou fortes transformações na organização do poder político. Conforme exigências da nova ordem, a denominada Primeira República dissolveu o fenômeno da apropriação privada do Estado pelas oligarquias.

02) O conceito de “modernização conservadora” é aplicado para designar o grande controle que o Estado exerceu sobre os processos de mudança ocorridos no Brasil, como, por exemplo, aqueles relacionados à industrialização.

04) A ascensão de Getúlio Vargas ao poder promoveu, pela primeira vez no Brasil, a inclusão, de forma autônoma, da classe trabalhadora nos centros decisórios de políticas. Por isso, esse estadista foi denominado “o pai dos pobres”.

08) O patrimonialismo atribuído ao Estado brasileiro por vários teóricos corresponde, entre outros fatores, às relações de lealdade que se estabeleceram entre os detentores do poder e determinados grupos de elite. Como resultado, dificultou-se a consolidação de uma burocracia moderna para gerir a máquina pública do país.

16) No Brasil, o poder executivo concentrou, historicamente, as maiores parcelas de poder político. Ao lado de outros elementos, esse fato explica a fragilidade do sistema partidário brasileiro em cumprir sua função de permitir a expressão e de garantir os direitos dos diferentes grupos existentes em nossa sociedade.

12. (UEM 2008) Sobre o sistema político brasileiro e suas transformações ao longo da história, assinale o que for **correto**.

01) A democracia que vigorou no país entre os anos de 1946 e 1964 indicou um dos poucos momentos na história brasileira em que o poder legislativo adquiriu autonomia suficiente diante do executivo para exercer suas funções.

02) Para alguns estudiosos, a partir da década de 1990, a Medida Provisória (MP) tornou-se, muitas vezes, o instrumento legal que permitiu ao poder executivo sobrepor-se ao legislativo.

04) O projeto de industrialização promovido no Brasil pela “Revolução de 30” dependeu de mudanças na estrutura do Estado que descentralizaram o poder político.

08) A existência de Constituições durante a vigência dos últimos regimes autoritários vividos pelo Brasil (1937-1945 e 1964-1984) confirma que elas não garantem, necessariamente, a democracia representativa e os direitos dos cidadãos.

16) Na Primeira República, o domínio exercido pelos grandes proprietários de terra sobre os trabalhadores rurais integrou as estratégias das oligarquias regionais para controlarem os resultados dos processos eleitorais.

13. (UEM 2008) “A democracia no Brasil é algo muito recente e ainda está se consolidando. Ela continuará

crescendo se as regras institucionais para as eleições e o exercício do poder forem ampliadas, para possibilitar a participação da população, e se os movimentos sociais tiverem mais liberdade para lutar pela manutenção dos direitos fundamentais e a criação de novos direitos. Somente quando a maioria da população tiver educação de qualidade, condições de se alimentar adequadamente e condições de vida social decente poderemos ter democracia no Brasil. Enquanto isso, temos uma democracia ‘capenga’”.

TOMAZI, Nelson. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Atual, 2007, p. 124.

Sobre a análise exposta, assinale o que for **correto**.

01) Podemos deduzir do texto que, para o autor, a qualidade de um regime democrático pode variar no tempo e no espaço. Ele nos sugere que a presença e a estabilidade do sistema eleitoral são apenas indicadores mínimos para definir o grau de democracia que existe em uma determinada sociedade.

02) Podemos concluir do texto que, em uma democracia, os partidos políticos não são tão importantes. Assim, a democracia brasileira seria melhor se as regras eleitorais reconhecessem os movimentos sociais como instituições de representação, e não os partidos políticos.

04) Podemos concluir do texto que as deficiências da democracia brasileira têm relação com o fato de que tivemos, ao longo da história republicana, a vigência de longos períodos de regimes autoritários.

08) De acordo com o texto, a consolidação da democracia brasileira não depende de mudanças na estrutura jurídica do Estado.

16) Para o autor, a qualidade de uma democracia pode ser medida observando-se os seguintes indicadores: as regras institucionais vigentes, as condições dadas para a construção de ações coletivas e a maneira como os recursos materiais estão distribuídos.

14. (UEM 2009) Sobre as práticas eleitorais no Brasil, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

01) A eleição de representantes para a ocupação de postos do sistema político é uma prática que teve início no Brasil, após a proclamação da República.

02) A garantia de direito de voto aos analfabetos e às mulheres foi uma das primeiras medidas aprovadas pela legislação eleitoral adotada pelo governo republicano brasileiro nas últimas décadas do século XIX.

04) As adulterações e falsificações realizadas em diversas fases no processo eleitoral eram práticas constantes da política brasileira do início do século XX.

08) O Estado republicano brasileiro jamais experimentou algum tipo de suspensão eleitoral ou proibição de organização partidária, durante sua história.

16) A Constituição de 1988 determina o alistamento eleitoral e o voto como facultativo para todos os maiores de dezoito anos.

15. (UEM 2010) Considerando os seus conhecimentos sobre a formação do Estado e as transformações ocorridas, principalmente no Estado brasileiro, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

01) Os regimes democráticos contemporâneos têm como um de seus principais requisitos a liberdade de organização partidária.

02) Partidos políticos são associações de indivíduos com a finalidade de disputar eleições e, por esse meio, colocar os seus membros no poder.

04) Entre 1964 e 1984, o Estado brasileiro foi classificado como uma “república de generais”, pois, com o golpe militar, todas as eleições diretas para os cargos de governador e presidente foram suspensas.

08) O sistema bipartidário jamais foi adotado na república brasileira, a qual se constituiu ora de regimes multipartidários ora de regimes que aboliram completamente a organização de partidos políticos.

16) Os sindicatos e os movimentos sociais de trabalhadores jamais conseguiram organizar-se na história política brasileira, por meio de partidos políticos.

16. (UEM 2010) Leia abaixo um resumo das conclusões apresentadas pela pesquisadora Mayla Di Martino em relação ao perfil do político brasileiro.

“Para ocupar uma cadeira no Legislativo Nacional é preciso ter entrado no jogo da política e ter tido algum sucesso nele. É preciso se tornar um profissional, ter vencido eleições ou ter assumido cargos políticos indicados”, afirma a pesquisadora. Nos últimos 15 anos, segundo ela, os chamados novatos que entraram na Câmara dos Deputados venceram, em média, anteriormente pelo menos duas eleições para outros cargos políticos e 80% deles tiveram algum tipo de experiência política prévia.”

(AGUIAR, Joselia. Deputado Profissional. *Revista Pesquisa Fapesp*, edição 169, março de 2010. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=4077&bd=1&pg+1&lg=>>. Acesso em: 21/06/2010).

Tendo como referência os resultados acima apresentados e seus conhecimentos sobre as relações de poder no Brasil, assinale o que for **correto**.

01) O parlamento brasileiro é composto em grande parte por políticos sem nenhuma experiência prévia na política.

02) Cantores, pastores, atores e apresentadores de TV têm maior chance de eleição, ao concorrem para uma vaga na Câmara dos Deputados, do que os chamados políticos profissionais.

04) A presença de legisladores sem tradição política na Câmara dos Deputados não é o padrão dos processos mais regulares da política brasileira.

08) Para ter sucesso no mundo da política, é necessário acumular experiência em cargos diversificados e estabelecer relações com as políticas locais.

16) Os processos políticos brasileiros restringem completamente as eleições de novatos para cargos políticos de alto escalão, como a Câmara dos Deputados.

17. (UEM 2011) Assinale o que estiver **correto** a respeito das relações entre os meios de comunicação e a vida política no Brasil.

01) Durante o Estado Novo, o rádio foi utilizado pelo governo para divulgar programas educativos, promover a imagem de Getúlio Vargas e disseminar uma ideologia de caráter nacionalista.

02) Os governos militares que resultaram do golpe de 1964 não investiram em infraestrutura de telecomunicações porque avaliaram que isso poderia dificultar seu projeto de controle social.

04) Para caracterizar seu compromisso com a liberdade de expressão, os autores da Constituição Federal de 1988 decidiram não legislar sobre os meios de comunicação.

08) A televisão, então recém-implantada no Brasil, foi um recurso fundamental na campanha eleitoral que levou Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1955.

16) A última campanha eleitoral brasileira demonstrou que as redes sociais na Internet ainda não são utilizadas pelos políticos como recursos de comunicação com os eleitores.

18. (UEM 2012) Os sucessivos casos de corrupção denunciados pela mídia brasileira vêm despertando a atenção da sociedade para as atuais relações entre o público e o privado na política nacional. Sobre a contribuição da sociologia para a análise desse tema, assinale o que for **correto**.

01) O termo “clientelismo” pode ser utilizado para descrever ações de favorecimento por meio das quais os grupos de interesse se relacionam entre si e negociam privilégios com os diferentes setores da sociedade em troca de apoios diversos.

02) O “patrimonialismo” pode ser considerado como uma característica histórica do Estado brasileiro, pois se refere a uma forma de exercício do poder político por meio da qual os dirigentes personalizam a administração estatal e realizam um uso privado dos cargos e recursos públicos.

04) Roberto Da Matta apresenta a ideia de “jeitinho” para descrever um tipo de conduta social utilizado para facilitar a realização de determinadas ações que deveriam ser impessoais; por isso, ele se refere ao jeitinho como uma prática personalista e desigual.

08) Alguns entraves ao exercício da cidadania no Brasil podem ser atribuídos à tradição conservadora e

autoritária do Estado que, historicamente, conservou para si o poder decisório e reduziu a esfera pública, dificultando a participação civil na vida política da sociedade.

16) A corrupção é um fenômeno específico da sociedade brasileira, na qual o histórico desinteresse pela política nacional e a incapacidade da população em utilizar os recursos estatais produziram um ambiente favorável aos desvios de verbas públicas.

19. (UEM 2012) Leia o texto a seguir e assinale o que for **correto** sobre o tema das representações do poder. “Em 2010, o Brasil elegeu pela primeira vez uma presidente mulher. Dos 38 ministérios e órgãos centrais da União, dez são atualmente chefiados por mulheres. Em fevereiro de 2012, Graça Foster assume a presidência da Petrobras e torna-se a primeira mulher a comandar uma empresa petrolífera no mundo. No mês seguinte, a ministra Cármen Lúcia é eleita a primeira mulher presidente do Tribunal Superior Eleitoral.”

(GOMES, C. C. Mulheres na política: igualdade de gênero? *Revista Sociologia*. São Paulo: Editora Escola. Ano IV – n.o 40, junho-julho, 2012, p.15)

01) O fato de apenas em 2012 uma mulher assumir o mais alto cargo de direção de uma empresa petrolífera indica que, historicamente, as diferenças entre homens e mulheres se convertem em desigualdades de gênero.

02) Ao eleger uma mulher para o cargo de presidente, o Brasil resolveu o problema da baixa representação feminina na arena política, pois, juntamente com a presidência, outros cargos importantes passaram a ser ocupados por mulheres.

04) A eleição da ministra Cármen Lúcia para a presidência do Tribunal Superior Eleitoral indica que, entre os membros da justiça eleitoral, não há manifestação de machismo.

08) A significativa participação das mulheres nos cargos de poder, no governo da presidenta Dilma Rousseff, indica que o grau das desigualdades de gênero varia de acordo com momentos históricos, sociedades e culturas.

16) A participação das mulheres na estrutura central do poder é garantia de que, a partir de então, no Brasil, serão promovidas ações que conduzam à igualdade de gênero, implantando-se, assim, uma agenda feminista.

20. (UEM 2014) Desde meados da década de 1990, o Estado brasileiro vem criando uma série de Comissões a fim de examinar e de esclarecer arbitrariedades cometidas pelo próprio Estado durante os governos militares. Em 1995, foi instalada a Comissão de Mortos e Desaparecidos, com o objetivo de estabelecer a responsabilidade do Estado por mortes e por desaparecimentos de pessoas que tenham sido acusadas de participação em atividades políticas, entre os anos de 1961 e 1988. Em 2001, surgiu a Comissão da Anistia,

com o intuito de analisar os pedidos de indenização das pessoas que solicitaram anistia política, entre os anos de 1946 e 1988. Recentemente, em 2011, também foi criada a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e de esclarecer as graves violações de direitos humanos, ocorridas entre 1937 e 1985. Considerando o papel político dessas Comissões e os estudos sociológicos sobre o impacto do militarismo na política brasileira, assinale o que for correto.

01) A restrição de qualquer direito civil, político ou social é considerada como uma violação à própria cidadania de um povo, uma vez que limita as possibilidades de organização, de participação e de intervenção social das pessoas.

02) Os crimes que ocorreram durante os governos militares não modificam o fato de que, durante esse período, foram conquistados os melhores índices de desenvolvimento social e fortalecida a cultura democrática no Brasil.

04) Um dos principais efeitos dessas Comissões para a sociedade brasileira é a identificação e a punição dos agentes repressores e torturadores que atuavam a mando do Estado durante os governos militares.

08) Ao tornar públicos os registros, os depoimentos e os documentos do período, tais Comissões têm a capacidade de contribuir para modificar o modo como a sociedade percebe o papel do Estado e de seus agentes na vida política do país.

16) Além do golpe político que instaurou uma ditadura militar no Brasil, o período também ficou marcado pela imposição de Atos Institucionais, pelo bipartidarismo (ARENA e MDB), pela repressão e pela censura.

21. (UEL 2007) O trecho abaixo, de autoria de Victor Nunes Leal, encontra-se no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado em 1949.

“E assim nos parece este aspecto importantíssimo do ‘coronelismo’, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a licença do ‘coronel’ – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do ‘coronel’ ficaria sensivelmente diminuída”.

LEAL, V. N., **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, 5ª ed., p. 43.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a situação social e política do país, no período em questão, assinale a alternativa correta a respeito das eleições e do sistema representativo no Brasil:

- a) A troca de favores entre chefes locais e poder público é algo completamente superado pela democracia que se instaurou no Brasil nos últimos 20 anos.
- b) Independentemente da estrutura social e política, a prática da troca de favores entre chefes locais e poder público continua sendo o mecanismo primordial de relacionamento político no Brasil.
- c) A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público ocorria graças aos “votos de cabresto”.
- d) A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público só acontecia porque os cidadãos lutavam por seus direitos.
- e) A troca de favores entre os chefes políticos e o poder público foi a maneira encontrada por ambos para defender os interesses públicos e republicanos.

22. (UEL 2009) Ancorado na formulação do General Golbery do Couto e Silva de uma abertura “lenta, gradual e restrita”, o processo de redemocratização do Brasil teve como um de seus desdobramentos a anistia “ampla, geral e irrestrita”. No entanto, passadas duas décadas, as feridas daquele período continuam abertas, seja pelo fato de dezenas de vítimas da repressão continuarem classificadas como “desaparecidas”, seja pelos pedidos de indenização por parte daqueles que declaram ter sofrido os “excessos do regime militar”.

Com base nos conhecimentos sobre o regime militar no Brasil e a transição política para a democracia, considere as afirmativas a seguir.

I. No regime militar, vigorou o Estado de Direito, isto é, a preservação, pelos generais, da cidadania plena, como preceito inviolável a ser mantido a qualquer custo.

II. O regime militar implicou para a economia brasileira uma acelerada industrialização e modernização do país, com a construção, inclusive, de usinas nucleares.

III. A principal resistência ao regime militar teve origem nas camadas de baixa renda, que forneceram os principais efetivos humanos da guerrilha urbana brasileira.

IV. A transição democrática produziu, de um lado, o movimento pela Constituinte e, de outro, o fim do bipartidarismo, expresso pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

23. (UEL 2009) No dia 5 de outubro de 2008, a Constituição Federal Brasileira completou 20 anos.

Dentre as inovações, é correto afirmar que a nova Carta, também conhecida como “Constituição Cidadã”, a) revalidou os princípios estabelecidos pelo Ato Institucional nº 5, de 1968, que garantia maior liberdade de expressão a cada cidadão.

b) viabilizou o retorno das eleições diretas para presidente da República, consolidando, assim, a proposta defendida pela emenda Dante de Oliveira anos antes.

c) centralizou ainda mais o poder nas mãos do Executivo a fim de garantir o princípio federativo e de combater a corrupção no Legislativo e o abuso de poder no Judiciário.

d) restabeleceu o princípio do direito de greve para o setor privado, ficando, porém, o setor público impedido de se organizar em sindicatos.

e) desconsiderou as emendas populares e aquelas apresentadas pelos lobbies, grupos de pressão que tentavam influenciar as decisões dos parlamentares.

QUESTÕES ENEM

1. (2014) Existe uma cultura política que domina o sistema e é fundamental para entender o conservadorismo brasileiro. Há um argumento, partilhado pela direita e pela esquerda, de que a sociedade brasileira é conservadora.

Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora, não aceita mudanças bruscas.

Isso justifica o caráter vagaroso da redemocratização e da redistribuição da renda. Mas não é assim. A sociedade é muito mais avançada que o sistema político. Ele se mantém porque consegue convencer a sociedade de que é a expressão dela, de seu conservadorismo.

NOBRE, M. Dois ismos que não rimam. Disponível em: www.unicamp.br. Acesso em: 28 mar. 2014 (adaptado).

A característica do sistema político brasileiro, ressaltada no texto, obtém sua legitimidade da

- a) dispersão regional do poder econômico,
- b) polarização acentuada da disputa partidária.
- c) orientação radical dos movimentos populares.
- d) condução eficiente das ações administrativas.
- e) sustentação ideológica das desigualdades existentes.

2. (2012)

TEXTO I

O que vemos no país é uma espécie de espriamento e a manifestação da agressividade através da violência. Isso se desdobra de maneira evidente na criminalidade, que está presente em todos os redutos seja nas áreas

abandonadas pelo poder público, seja na política ou no futebol. O brasileiro não é mais violento do que outros povos, mas a fragilidade do exercício e do reconhecimento da cidadania e a ausência do Estado em vários territórios do país se impõem como um caldo de cultura no qual a agressividade e a violência fincam suas raízes.

Entrevista com Joel Birman. *A Corrupção é um crime sem rosto*. IstoÉ. Edição 2099, 3 fev. 2010.

TEXTO II

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo.

ELLAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Considerando-se a dinâmica do processo civilizador, tal como descrito no Texto II, o argumento do Texto I acerca da violência e agressividade na sociedade brasileira expressa a

A) incompatibilidade entre os modos democráticos de convívio social e a presença de aparatos de controle policial.

B) manutenção de práticas repressivas herdadas dos períodos ditatoriais sob a forma de leis e atos administrativos.

C) inabilidade das forças militares em conter a violência decorrente das ondas migratórias nas grandes cidades brasileiras.

D) dificuldade histórica da sociedade brasileira em institucionalizar formas de controle social compatíveis com valores democráticos.

E) incapacidade das instituições político-legislativas em formular mecanismos de controle social específicos à realidade social brasileira.

3. (2014)

TEXTO I

O presidente do jornal de maior circulação do país destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 1 set. 2013 (adaptado).

TEXTO II

Nada pode ser colocado em compensação à perda das liberdades individuais. Não existe nada de bom quando se aceita uma solução autoritária.

FICO, C. *A educação e o golpe de 1964*. Disponível em: www.brasilrecente.com. Acesso em: 4 abro 2014 (adaptado).

Embora enfatizem a defesa da democracia, as visões do movimento político-militar de 1964 divergem ao focarem, respectivamente:

- Razões de Estado – Soberania popular.
- Ordenação da Nação – Prerrogativas religiosas.
- Imposição das Forças Armadas – Deveres sociais.
- Normatização do Poder Judiciário – Regras morais.
- Contestação do sistema de governo – Tradições culturais.

4. (2015) A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, como parte de uma ampla reforma no processo eleitoral incentivada pela Revolução de 1930. Sua criação foi um grande avanço institucional, garantindo que as eleições tivessem o aval de um órgão teoricamente imune à influência dos mandatários.

TAYLOR, M. *Justiça Eleitoral*. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

Em relação ao regime democrático no país, a instituição analisada teve o seguinte papel:

- Implementou o voto direto para presidente.
- Combateu as fraudes sistemáticas nas apurações.
- Alterou as regras para as candidaturas na ditadura.
- Impulsionou as denúncias de corrupção administrativa.
- Expandiu a participação com o fim do critério censitário.

5. (2015) Em 1943, Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural junto ao Ministério da Justiça, esvaziando o Ministério da Educação não só da propaganda, mas também do rádio e do cinema. A decisão tinha como objetivo colocar os meios de comunicação de massa a serviço direto do Poder Executivo, iniciativa que tinha inspiração direta no recém-criado Ministério da Propaganda alemão.

CAPELATO, M. H. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

No contexto citado, a transferência de funções entre ministérios teve como finalidade o(a)

- desativação de um sistema tradicional de comunicação voltado para a educação.
- controle do conteúdo da informação por meio de uma orientação política e ideológica.
- subordinação do Ministério da Educação ao Ministério da Justiça e ao Poder Executivo.
- ampliação do raio de atuação das emissoras de rádio como forma de difusão da cultura popular.
- demonstração de força política do Executivo diante de ministérios herdados do governo anterior.

6. (2016) O coronelismo era fruto da alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político

nacional, com base em barganhas entre o governo e os coronéis. O coronel tem o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de voto.

CARVALHO, J.M. **Pontos e bordados**: escritos de história política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998 (adaptado).

No contexto da primeira república no Brasil, as relações políticas descritas baseavam-se na

- coação das milícias locais.
- estagnação da dinâmica urbana.
- valorização do proselitismo partidário.
- disseminação de práticas clientelistas.
- centralização de decisões administrativas.

7. (2015)



ZIRALDO. 20 anos de prontidão. In: LEMOS, R. (Org.). **Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)**. Rio de

Janeiro: Letras & Expressões, 2001.

No período de 1964 a 1985, a estratégia do Regime Militar abordada na charge foi caracterizada pela

- priorização da segurança nacional.
- captação de financiamentos estrangeiros.
- execução de cortes nos gastos públicos.
- nacionalização de empresas multinacionais.
- promoção de políticas de distribuição de renda.

QUESTÕES BRASIL

- d
- c
- e
- e
- b
- d
- a
- c
- b
- a
- 2/8/16
- 2/8/16
- 1/4/16
- 4
- 1/2/4
- 4/8
- 1
- 1/2/4/8
- 1/8
- 1/8/16
- .
- c
- b

QUESTÕES ENEM

- e
- d
- a
- b
- b
- d
- b